



Manual de Fiscalização: reunião com conselhos fiscais

>> CONQUISTA
para bibliotecários da Bahia

>> INCLUSÃO
Bibliotecas têm acervo
voltado para pessoas com
deficiência visual

>> PARCERIA
Encontro entre
assessores jurídicos



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DO SISTEMA CFB/CRB
Nº 70 - 17ª GESTÃO (2016 - 2018)

DIRETORIA

Presidente: Raimundo Martins - (CRB - 11/039)
Vice-Presidente: Lucimar Oliveira Silva (CRB - 5/1239)
Diretor Técnico: Dalgiza Andrade Oliveira (CRB - 6/1577)
Diretor Administrativo: Kátia Lúcia Pacheco (CRB - 6/1709)
Diretor Financeiro: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque (CRB - 15/001)

COMISSÕES PERMANENTES

CLN - Comissão de Legislação e Normas
Coordenador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (CRB - 7/4166)
Membro: Dalgiza Andrade Oliveira (CRB - 6/1577)
Membro: Aldinar Martins Bottentuit (CRB - 13/318)

CDV - Comissão De Divulgação
Coordenadora: Angélica Conceição Dias Miranda (CRB - 10/1102)
Membro: Kátia Lúcia Pacheco (CRB - 6/1709)
Membro: Lucimar Oliveira Silva (CRB - 5/1239)

CTC - Comissão De Tomada De Contas
Coordenadora: Regina Lúcia Freitas Holanda (CRB - 3/808)
Membro: Maria Marta Sienna (CRB - 9/759)
Membro: Rosana Chaves Abatti (CRB - 14/458)

CEP - Comissão de Ética Profissional
Coordenadora: Telma Socorro Silva Sobradinho (CRB - 2/668)
Membro: Márcia dos Santos Cordeiro (CRB - 13/410)
Membro: Lídia Maria Batista Brandão Toutain (CRB - 5/273)

CLJ - Comissão De Licitação
Coordenadora: Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira (CRB - 4/840)
Membro: Ailton Moreira da Rocha
Membro: Tatiana de Paula Martins de Souza

CEN - Comissão De Ensino
Coordenadora: Lídia Maria Batista Brandão Toutain (CRB - 5/273)
Membro: Angélica Conceição Dias Miranda (CRB - 10/1102)
Membro: Aldinar Martins Bottentuit (CRB - 13/318)

CBEP - COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS
Coordenadora: Maria Marta Sienna (CRB - 9/759)
Membro: Telma Socorro Silva Sobrinho (CRB - 2/668)
Membro: Márcia Dos Santos Cordeiro (CRB - 13/410)

CF - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
Coordenadora: Lucimar Oliveira Silva (CRB - 5/1239)
Membro: Regina Lúcia Freitas Holanda (CRB - 3/808)
Membro: Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira (CRB - 4/840)

CGIRTCU - COMISSÃO DE GESTÃO POR INDICADORES E RELATÓRIOS PARA O TCU

Coordenador(a) - Lucimar Oliveira Silva - CRB-5/1239
Membro - Kátia Lúcia Pacheco - CRB-6/1709
Membro - Regina Lúcia Freitas Holanda - CRB-3/808

FUNCIONÁRIOS:

Roberto Barros Cardoso - Gerente Executivo
Leonardo Pimental Bueno - Assessor Jurídico
Ailton Moreira da Rocha - Auxiliar Administrativo
Tatiana Paula Martins - Assistente Administrativa
Neracy Fernandes da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB
SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079
Cep: 70.719-900 - Brasília - DF
Tels.: (61) 3328-282896 / (61) 3328-2080
Fax: (61) 3328-2894
www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

Edição, Redação e Revisão: Ex-Libris Comunicação Integrada
Projeto Gráfico, Direção de Arte e Arte Final: Ex-Libris Comunicação Integrada

EDITORIAL

Valorização profissional

Os Conselhos Profissionais foram criados oficialmente na década de 1950, na sequência do processo de regulamentação das profissões no país. Esses conselhos têm a função de disciplinar, normatizar e fiscalizar a atividade das diversas categorias profissionais. O conceito que norteia a regulamentação dessas categorias é a garantia dos parâmetros mínimos para o exercício profissional a partir da formação acadêmica, de modo que este exercício seja feito somente por aqueles qualificados para tanto. Assim, os conselhos das entidades devem zelar pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela ética profissional, tornando-se, desta maneira, um instrumento de proteção da coletividade.

O Sistema CFB/CRB, criado em 1966, conta hoje com mais de 37 mil bibliotecários inscritos, tornou-se um dos principais órgãos reguladores do país, destacando-se pela constante valorização da profissão. Além de aperfeiçoar a autoconsciência profissional, o Sistema CFB/CRB contribui para tornar a atividade de bibliotecário cada vez mais transparente.

Nesta edição reforçamos a importância da fiscalização dos trabalhos realizados nos conselhos de acordo a legislação imposta pelo CFB em 1965. Fiscalizar é importante para que exista um ambiente de segurança jurídica e profissional, essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Consideramos fundamental o diálogo do sistema CFB/CRB com outros setores. Assim, destacamos as ações conjuntas entre as comissões do Congresso Nacional e os órgãos reguladores da profissão de bibliotecário. Acreditamos que, para trilhar o caminho desejado da universalização das bibliotecas, é essencial sensibilizarmos o Parlamento para a que sejam aprovadas políticas em defesa dos bibliotecários e da biblioteconomia.

Nossos esforços à frente do Conselho Federal de Biblioteconomia visam o fortalecimento da categoria, como meio para valorizar as bibliotecas, um dos alicerces



Raimundo Martins de Lima

da cultura de um país. Pois, como diz o escritor britânico Neil Gaiman, a valorização das bibliotecas e do profissional de biblioteconomia resulta na valorização da cultura: “Bibliotecas são as portas para o futuro. Por isso, é lamentável que, por todo o mundo, temos visto autoridades locais fechando bibliotecas como uma maneira fácil de poupar dinheiro, sem perceber que isso é, literalmente, roubar do futuro para pagar o presente. Eles estão fechando portas que devem ser abertas”.

Boa leitura!

Raimundo Martins de Lima
Presidente do CFB
CRB - 11/039

ENCONTRO DISCUTE MANUAL DE FISCALIZAÇÃO

O Conselho Federal de Biblioteconomia realizou, no mês de agosto, uma reunião com fiscais e a Comissão de Fiscalização do Sistema CFB/CRB, para discutir o manual de fiscalização. O objetivo da reunião foi padronizar os termos do documento e assim facilitar as ações de fiscalização em todo o país.

O fiscal age de acordo com a legislação federal e as resoluções baixadas pelo CFB. Há treze anos no conselho, Ruth Nunes, bibliotecária fiscal do CRB-8 (São Paulo) revela ser preciso que mudanças aconteçam pois existem, ainda, dificuldades quando os fiscais visitam as instituições. “Nós queremos um manual de fiscalização, uma igualdade para todos, por maior que seja a diferença entre os conselhos. Existem dificuldades e precisamos de encontros como este para nivelar os trabalhos. Aqui nós expomos os nossos problemas e o CFB procura uma solução para eles”, comenta Ruth.

Na reunião, todos puderam expor sugestões de melhoria para o manual. Lucimar Oliveira, vice-presidente do Sistema CFB/CRB e e coordenadora da Comissão de Fiscalização - CFI, destaca a participação dos representantes dos conselhos e a importância do trabalho exercido por eles. “Para sermos de fato um sistema, temos que padronizar nosso trabalho. Temos conselhos maiores com mais fiscais enquanto outros contam com menos profissionais”, reforça. Segundo Lucimar, a ideia de trazer todos juntos permite a discussão de uma forma de trabalho padronizada. “A fiscalização é o motivo de existência dos conselhos. Então, nada mais justo estender essa igualdade no processo de fiscalização”.

Em meio às discussões ligadas ao manual, os representantes dos conselhos se mostraram esperançosos com



Foto: Jonathan Oliveira

Fiscais se reúnem para padronizar documento de inspeção nas bibliotecas brasileiras

as sugestões apresentadas e esperam que mais reuniões deste tipo aconteçam futuramente. É o que relata Fernando Braga Ferreira, presidente do CRB-3 (Ceará). “Estou feliz de poder encontrar todos aqui. Essas reuniões deveriam

“Aqui nós expomos os nossos problemas e o CFB procura uma solução para eles”,

acontecer durante todo ano. É importante que essa comunicação aconteça, pois é uma forma de aprendizado para os fiscais e também de reciclar as nossas ideias. Fortifica o nosso conhecimento e o trabalho do Sistema”, finaliza Fernando.



Foto: Jonathan Oliveira

Lucimar Oliveira, vice-presidente do CFB, atuou como mediadora do encontro

Encontro de assessores jurídicos

Foto: Divulgação



Em agosto aconteceu também um encontro entre os assessores jurídicos dos conselhos regionais. O objetivo foi para fortalecer e padronizar pontos estratégicos e orientações jurídicas os estados e regiões. Houve esclarecimentos acerca da aplicação do regime estatutário aos Conselhos; propostas de elaboração do conceito de bi-

blioteca; novas proposições para delimitar o número de bibliotecas com a atuação de um único bibliotecário; e também sugestões para um Manual de Licitações em sintonia com orientações do TCU e de Banco de Dados Nacional com petições, teses, decisões e editais de licitação para temas comuns relacionados aos conselhos. Para Leonardo

Pimentel, assessor jurídico do CFB, este encontro é capaz de alinhar a visão dos assessores jurídicos de todos os estados. “Mais do que a união entre os assessores dos Conselhos, o encontro é de grande valia para a aproximação dos Bibliotecários junto aos Ministérios Público, Estadual e Federal”, comenta Pimentel.

AUTOGESTÃO EM FAVOR DA COLETIVIDADE

Os conselhos reguladores valorizam profissionais e protegem a sociedade

Além de valorizar os profissionais, os conselhos reguladores representam uma garantia de segurança para toda a coletividade, na medida em que zelam para que os serviços sejam feitos por profissionais habilitados. Mais importante, são entidades independentes, nas quais são os próprios profissionais quem definem as regras que toda a profissão deverá seguir.

Segundo a advogada e assessora jurídica Dra. Lucía Freitas os conselhos de classe profissional foram criados para organizar e normatizar as profissões. “Sua atividade está intrinsecamente ligada à proteção da coletividade contra os leigos inabilitados e dos habilitados que fogem à ética. Isso é feito pela fiscalização técnica, em conformidade com os regulamentos determinados por lei”, explica. Diferen-

temente de outras entidades do país, nos conselhos quem define as regras de cada profissão são os próprios profissionais, não havendo ingerência governamental. “Final, ninguém melhor do que os próprios profissionais para saber de sua profissão. A lei prevê regras democráticas para a escolha desses profissionais, já que os conselheiros são eleitos pela própria classe”, completa.

No contexto da biblioteconomia, os mais de 37 mil bibliotecários brasileiros são amparados pelo Sistema CFB/CRB, criado em 1966. O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), em parceria com os órgãos regionais, além de fiscalizar, busca a valorização profissional e preza pelos preceitos da ética e pelos interesses dos seus associados. O Sistema também age em defesa da sociedade, assegurando que apenas profissionais

habilitados atuem na prestação de serviços e na elaboração de produtos.

O presidente do CFB, Raimundo Martins de Lima, ressalta que o Sistema CFB/CRB busca garantir à população serviços prestados por profissionais eficientes. “O Conselho procura assegurar o trabalho de profissionais que, acima de tudo, almejam como pilares da profissão a ética e o fomento de ações que visem à valorização da leitura e da cultura brasileira”, expõe. Os debates do CFB em relação à ética se centralizam na Comissão de Ética Profissional, representada pela conselheira Telma Socorro Sobrinho, do CRB-2 (PA). “O Sistema CFB/CRB estabelece normas e princípios para conduzir o exercício profissional, visando uma práxis voltada para o bem social e visando a transformação da sociedade”.

Aposta na inclusão

Bibliotecas brasileiras se destacam como ambiente para pessoas com deficiência visual

De acordo com dados do Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual. Por este motivo, comprometidas em permitir o acesso ao conhecimento para os cegos, diversas bibliotecas espalhadas de norte a sul do Brasil têm seus materiais e livros em Braille ou em áudio-descrição.

Para Maria Marta, coordenadora da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas do Conselho Federal de Biblioteconomia: “a Biblioteca é um espaço democrático de desenvolvimento das competências de todos os cidadãos, devendo, portanto, se adaptar às diferentes realidades. Por isso, seus espaços e conteúdos devem ser acessíveis às pessoas com deficiência”, ressalta.

São exemplos como o da Biblioteca Louis Braille, em São Paulo, equipada e planejada para atender aos usuários com

deficiência visual. O espaço reúne mais de seis mil títulos, entre livros em Braille e audiolivros, além de computadores com programas específicos para a acessibilidade dos usuários.

Mudar a realidade das pessoas cegas também é o compromisso da Biblioteca Dorina Nowil, criada em 1995, em Taguatinga (DF). Com um acervo de mais de 2 mil livros, a biblioteca trabalha questões além da leitura em Braille e oferece aulas de reforço, fotografia, informática e dança. O modelo é exemplo mundial e já recebeu o Prêmio ODM, que incentiva programas e projetos que contribuíram efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A Biblioteca é apoiada pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, entidade dedicada ao apoio das pessoas com de-

ficiência visual, por meio da produção e distribuição gratuita de livros em Braille, falados e digitais acessíveis. A entidade disponibiliza material para cerca de 2.500 escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. Segundo Dinorá Couto, fundadora da biblioteca, o projeto tem impacto direto na vida dos frequentadores. “A cultura permite essa inclusão social. São vários retornos à vida em todos os sentidos. Trabalho, vida afetiva, vida profissional e os estudos”, afirma.

Já a premiada Biblioteca Braille do Amazonas, ganhadora da prata no Prêmio Ser Humano Oswaldo Checchia, da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos) – na modalidade Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, é referência em integrar, promover e incluir o cego na sociedade, melhorando assim as condições para que todos possam exercer sua cidadania plena e exata com direitos e deveres.

CRB-5 reconhece novos profissionais após oito anos de espera

O mês de agosto também foi de conquista para sete bibliotecários de Vitória da Conquista (BA). Eles receberam o registro do Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª região (CRB-5), após oito anos de processo. Em sessão solene, presidida por Fabíola Souza, Presidente do CRB-5, os profissionais receberam a Carteira e a Cédula de Identidade Profissional.

Após a conclusão do curso de Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia, em 2008, os profissionais tomaram conhecimento de que não conseguiriam realizar o registro junto ao CRB-5, pois, segundo a Lei nº 4.084/1962 e o Decreto 52.725, que regulamenta os parâmetros da profissão, essa é privativa aos bacharéis em biblioteconomia, único e exclusivo para portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia

de nível superior e oficialmente reconhecidas.

O CFB, junto ao CRB-5, acompanhou de perto o processo. Mas vale ressaltar o esforço pelo reconhecimento do título de bacharel em Biblioteconomia por parte dos alunos. Sob o comando do bibliotecário Lucas Souza, que construiu um dossiê e incentivou os colegas de turma a recorrerem à justiça.

Enfim, o tempo e o esforço foram compensados. Os profissionais receberam suas identificações, em moção de louvor, presidida por Fabíola Souza, que parabenizou a atitude aguerrida dos colegas de profissão. O evento ainda serviu para que os bibliotecários, recém-reconhecidos, pudessem conhecer o papel social do Conselho e suas instalações físicas. **com informações do CRB-5*



Foto: Divulgação CRB-5



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia